



EDUCAÇÃO INFANTIL: O PERCURSO HISTÓRICO E ALGUNS DESAFIOS DA ATUALIDADE

Marta Chaves¹; Janice Carina Groth²; Eliana Cláudia Graciliano³

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar ainda que brevemente parte do histórico da Educação Infantil no Brasil, a fim de entender a função que esta assumiu no decorrer dos acontecimentos históricos. Da mesma forma, expor algumas reflexões sobre os desafios que se lançam aos profissionais da infância, sendo um deles efetivar uma educação plena. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas com leituras e análises de documentos oficiais da educação, materiais de pesquisadores da história das Instituições Educativas na Infância e estudiosos da Teoria Histórico-Cultural. Nota-se que a Educação Infantil tem se modificado nas últimas décadas e acentadamente nos últimos anos tem recebido atenção de diferentes segmentos da sociedade. Esta mudança que se dá em resposta à dinâmica da sociedade, se de um lado mostra-se como desafio, por outro figura-se como possibilidade de avanços. Neste sentido ressaltamos a importância deste nível de ensino, por ser responsável pela formação da criança em seus primeiros anos de vida, o que equivale dizer que pode contribuir para uma formação humana plena em seu sentido ético, solidário e criativo.

PALAVRAS CHAVE: Criança; Educação; História.

1 INTRODUÇÃO

A educação da criança pequena passa a ser exercida fora do lar recentemente, afinal, há mais ou menos cem anos não se ponderava a Educação Infantil como desenvolvimento cultural e intelectual avançado. No entanto, as pesquisas sobre a infância sofreram mudanças, mesmo que a passos parvos como a educação em geral. Outrora, não se via a criança como capaz ao nascer. São estas mudanças que pretendemos entender e, para isso apresentamos um breve histórico da Educação Infantil no Brasil.

Para compreendermos o processo histórico da constituição da Educação Infantil, faz-se necessário que voltemos ao contexto do século XVIII, quando a Educação Infantil

¹ Professora Doutora do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, Paraná, mchaves@wnet.com

² Pedagoga pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Especialista em Educação Especial, e Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, Paraná, Carinagroth@hotmail.com

³ Pedagoga pela Universidade Estadual de Maringá - UEM; Docente da Educação Básica, Especialista em Psicopedagogia Institucional, Maringá, Paraná, ecgraciliano@hotmail.com

ganhou destaque por meio de movimentos sociais que objetivavam a busca por um espaço onde as mães poderiam deixar seus filhos para que elas pudessem trabalhar.

Nesse período se fortalece a importância da mão de obra feminina no mercado de trabalho, visto que há uma expansão industrial e os postos de trabalho necessitam ser ocupados. Ora, se a Educação Infantil surgiu de movimentos sociais porque a mulher-mãe-trabalhadora necessitava trabalhar, certamente este era um espaço que a princípio atenderia a famílias pobres. As pessoas com melhores condições socioeconômicas contratavam babás particulares.

Conforme afirma Didonet (2001, p. 12):

Esses fatores históricos, sociais e econômicos determinaram as principais características do modelo tradicional de creche. Enquanto as famílias abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto da família. Essa origem determinou a associação creche/criança pobre e o caráter **assistencial(ista) da creche** (grifos nossos).

A sociedade reivindicou, mais decisivamente, o espaço para as crianças pequenas depois de um problema que passou a se agravar após a entrada da mulher ao mercado de trabalho: *mortalidade infantil*. Isso ocorreu porque a mulher – mãe acabava confiando a várias pessoas os cuidados ao seu filho, algumas como avós, tios, primos, irmãos mais velhos, ou até deixavam a criança sozinha em casa. Isso gerou alto índice do risco de acidentes domésticos e outros problemas, como a desnutrição, fatores que levaram à sensibilização de todos.

Esses problemas influenciaram a criação de movimentos sociais que, em conjunto com essas mães trabalhadoras, levaram à reivindicação por um local onde a guarda das crianças pudesse ser confiada com segurança e que elas recebessem os devidos cuidados que uma criança pequena necessita. Assim, os movimentos conseguiram com que essas crianças recebessem cuidados específicos e um local restrito a elas, possibilitando às mães tranquilidade quanto à guarda de seus filhos.

Esse cenário da Educação Infantil foi muito visto até meados dos anos de 1970 e 1988. Após esse período, a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) passaram a propor a implantação de um modelo de Educação Infantil de cunho compensatório, o que gerou grande expansão de matrículas para essa etapa escolar.

Segundo Lucas (2008, p. 34):

No Brasil, a partir de meados dos anos 1970, durante o governo militar, o modelo de educação infantil não-formal com pequeno investimento público voltado para as crianças pobres, proposto pelo UNICEF e pela UNESCO, encontrou terreno fértil para a sua proliferação. Era preciso combater a pobreza, pois esta era uma ameaça à segurança nacional, por meio de políticas de assistência, entre elas, os programas de educação infantil.

No início, os recursos eram improvisados, como espaço físico, material pedagógico e mão de obra. Nesse período, os profissionais eram compostos por “professores (as) leigos(as)”, isto é, com formação inferior ao curso normal ou secundário complementa Rosenberg (2003).

De maneira geral, essa forma de funcionamento da Educação Infantil durou até a promulgação da Constituição de 1988, cuja existência foi mobilizada por meio das ações desenvolvidas pelos movimentos sociais. Nessa nova carta magna, a Educação Infantil

contemplou o atendimento em creches e pré-escolas às crianças com até seis anos de idade⁴ e passou a ser de responsabilidade do Estado. As Organizações não-governamentais (ONGs) é que prestavam assessoria aos espaços destinados às crianças pequenas, trabalhando pela melhoria do trabalho docente e oferecendo cursos para os dirigentes e para os atendentes.

O grande reconhecimento conquistado pela Educação Infantil veio com seu reconhecimento como a primeira etapa da educação básica – explícito na Lei de Diretrizes e Bases em 1996 (LDBEN n. 9.394/96), que considera esta como parte de um sistema de ensino e sob a responsabilidade dos municípios. Outros desdobramentos da LDBEN/96 foram à elaboração dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) e a inclusão dessa modalidade de ensino no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001 pela Câmara Federal.

Atualmente, a estrutura familiar, de certa forma, não foge do modelo criado no contexto da Revolução Industrial. Por consequência daquela época e por outras necessidades sociais criadas ao longo da nossa História, as famílias ainda contam com o apoio de escolas de Educação Infantil, pois, desde muito cedo – primeiros meses de vida da criança –, a mãe precisa voltar ao trabalho e passa a contar com esse espaço destinado ao cuidado e à educação de crianças pequenas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa centra-se inicialmente no estudo bibliográfico a fim de entender em que condições sociais, econômicas e políticas foram organizadas as Instituições Educativas no período pré-escolar. Para tanto, foram realizadas leituras e análises de documentos oficiais da educação como: RCNEI, LDBEN, PNE, da mesma forma foram utilizados materiais de pesquisadores da história das Instituições Educativas na Infância e estudiosos da Teoria Histórico-Cultural.

As reflexões aqui realizadas abarcaram experiências profissionais tanto no que diz respeito à formação de professores em alguns Municípios do Paraná quanto com as práticas pedagógicas realizadas em Instituições Educativas na qual trabalharam de forma direta ou indiretamente as referidas autoras. Amparamo-nos na Teoria Histórico-Cultural, por acreditarmos que a função das instituições educativas é a apropriação da cultura pela criança.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da Constituição de 1988 a Educação Infantil passa a compor o sistema educacional brasileiro. Esta legalização de creches e pré-escolas passa a ser regulada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394/96), a partir da qual a Educação Infantil passa a compor a primeira etapa da Educação Básica, conforme mencionamos acima.

Consideramos que além do reconhecimento legal, observam-se nos textos, estudos, discussões, congressos e instituições uma valorização da Educação Infantil. Mas não pode ser negligenciada que não há uma convergência entre discurso e prática. Especificamente quanto à prática docente observa-se que o potencial de aprendizagem da criança é secundarizado em atividades que ora se caracterizam pelo assistencialismo,

⁴ Em fevereiro do ano de 2006 foi sancionada a Lei n. 11.274 que regulamenta o ensino fundamental com duração de 9 anos. Logo, nas instituições infantis, o período de atendimento foi reduzido até as crianças com 5 anos. Esta mudança na duração do curso básico busca a maior permanência das crianças nas escolas.

ora se marcam pela antecipação de práticas educativas mais relacionadas aos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Entendemos que a Educação Infantil é tempo e espaço para possibilitar às crianças as máximas elaborações humanas no que diz respeito à Ciência, Educação e Arte. Assim as instituições educativas devem favorecer a apropriação, por parte da criança, da cultura desenvolvida social e historicamente pela humanidade, promovendo assim, a humanização dessa criança. Segundo Leontiev ([19--], p. 285) “[...] cada indivíduo aprende a ser homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana.”

Sobre esta questão Mello (1999), ressalta que concorda com Saviani (1997, p.13) quando diz que

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilado pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

A partir desta perspectiva, os professores devem organizar intencionalmente a vida da criança na escola para provocar sua máxima aprendizagem, desenvolvimento e humanização. É um protagonista essencial ao sucesso do processo educativo. Esse protagonismo envolve descobrir as formas da atividade por meio da qual a criança em contato com as pessoas que a rodeiam aprende a usar os objetos da cultura – a linguagem, a arte, as formas de pensar, os hábitos e costumes, os valores, a ciência e as técnicas, os objetos e instrumentos – que guardam em si as qualidades humanas criadas ao longo da história.

Nessa discussão, a Teoria Histórico-Cultural destaca o papel principal da cultura na formação e desenvolvimento das qualidades humanas. Nessa discussão, a lei geral do desenvolvimento humano, segundo a qual, as funções psicológicas superiores da criança se efetivam a princípio como formas de comportamento coletivo da criança, em cooperação com outras pessoas, e apenas posteriormente elas se tornam funções interiores individuais da própria criança.

Partindo desse pressuposto Saviani (1997) e Duarte (2003) destacam que, cabe à educação identificar os elementos culturais que cada indivíduo precisa assimilar para se tornar humano. O objetivo da educação deve ser produzir, direta e intencionalmente, a humanidade em cada indivíduo. Assim, a Educação Infantil, com seus objetivos, conteúdos e métodos próprios, deve possibilitar a criança a se apropriar do que a humanidade produziu histórica e socialmente, para que a sua humanização se efetive. Considera-se que a Educação Infantil não deve ser um espaço de ações assistencialistas ou de preparação para o ingresso ao Ensino Fundamental, mas sim um espaço eminentemente educativo que possibilita a criança um máximo desenvolvimento de suas funções cognitivas, afetivas e sociais. Nunca é demais destacar que tal desenvolvimento é impulsionado pela aprendizagem da cultura produzida pela humanidade.

4 CONCLUSÃO

A história tem destacado aspectos importantes desde o surgimento da educação infantil até os dias de hoje. A educação Infantil surge como sustentáculo de uma nova sociedade a qual as mães necessitavam trabalhar e não tinham onde deixar seus filhos. As condições das primeiras instituições às crianças eram precárias, sendo geralmente

anexas as fábricas. Sendo assim, por um extenso período o cuidado com as crianças era concebido como favores. Neste contexto, as instituições com o passar dos anos vão adquirindo novas ideologias e necessidades, dessa forma, vão transformando o atendimento as crianças pequenas.

Analisando todo o contexto do surgimento do atendimento a criança pequena, nota-se que muito se tem avançado na concepção de criança e infância, no entanto tem-se muito mais ainda a avançar. A final em muitas instituições as concepções de assistência, amparo, caridade, ainda não foram extintas, apesar de não ser mais dominante tal entendimento ainda permeiam o atendimento. Além disso, ainda vêm-se profissionais recebendo orientações assistencialistas e provisórias no que se refere a sua formação. Conseqüentemente, na prática os professores menos capacitados são mandados para a Educação Infantil atribuindo dessa forma menor importância a esse atendimento.

Pode-se concluir que o grande desafio das instituições de Educação Infantil, voltadas ao atendimento das crianças pequenas, marcadas ao longo de sua história eminentemente pelo assistencialismo, é promover de forma gradual sua função de educar de forma plena. Dessa forma, as instituições de Educação Infantil devem atuar de forma encantadora, lúdica e colorida, para além dos ambientes empobrecidos, herança de valores e práticas assistencialistas. A Educação Infantil pode e deve ser caracterizada pela afetividade, carinho e atenção, com ambientes verdadeiramente acolhedores e educativos e com isto favorecer o princípio educativo da ética, solidariedade e criatividade, elementos essenciais para uma sociedade de fato justa.

REFERÊNCIAS

DIDONET, Vital. Qual é a questão? Creche: a que veio... para onde vai.... In: _____ . **Educação Infantil: a creche, um bom começo.** Brasília, DF: INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?:** Quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2003.

LEONTIEV, Aléxis. **O desenvolvimento do psiquismo.** São Paulo: Moraes, [19--].

LUCAS, Maria Angélica F. O. **Os processos de alfabetização e letramento na educação infantil:** contribuições teóricas e concepções de professores. 2008. 184 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2008.

MELLO, Suely Amaral. Algumas implicações pedagógicas da Escola de Vygotsky para a Educação Infantil. Pro-posição. Campinas. v. 10. n. 1 (28). p. 16-27, mar 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Panorama da Educação Infantil brasileira contemporânea.** 2003. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000311.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórica-Crítica:** primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1997.